



Um olhar sobre os conflitos e sua resolução em uma escola pública de ensino fundamental de Chapecó-SC¹

A look at conflicts and their resolution in the public school of fundamental education in Chapecó-SC

Una mirada a los conflictos y su resolución en una escuela pública de educación primaria de Chapecó-SC

Circe Mara Marques²

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Gabriela Senger³

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Resumo: Este estudo objetivou mapear os conflitos que ocorrem entre as crianças do primeiro ao quinto ano e os modos como esses são mediados por gestores e professores de uma escola pública da região de Chapecó. Os dados foram produzidos a partir de observações e entrevistas com duas gestoras escolares e nove professoras. Os resultados mostraram que os conflitos entre as crianças são recorrentes no contexto escolar e envolvem agressões físicas e verbais. As gestoras e professoras nunca participaram de formação para mediadores de conflitos e muitas vezes tomam decisões pelas crianças sem considerar os sentimentos e a possibilidade de participação delas na resolução. Há necessidade de formar professores como mediadores de conflitos de forma não violenta para prevenção da violência escolar e social.

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Resolução de conflitos. Formação de professores.

Abstract: This study aimed to map the conflicts that occur between children from the first to the fifth grade and the ways in which they are mediated by the managers and teachers of a public school in the region of Chapecó. The data were produced from observations and interviews with two school administrators and nine teachers. The results showed that conflicts between children are recurrent in the school context and involve physical and verbal aggression. Managers and teachers have never participated in conflict mediator formation and often make decisions for the children without considering their feelings and the possibility of their participation in the resolution. There is a need for a non-violent conflict mediator formation for teachers to prevent both social and school violence.

Keywords: Elementary Education. Conflict resolution. Teacher formation.

¹ Pesquisa realizada com apoio do Programa de Bolsas Universitária de Santa Catarina (UNIEDU) com recursos do Art. 170/CE, referente ao Edital N. 013/reitoria/2019 da Unochapecó.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-graduação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Chapecó-SC, Brasil. *E-mail:* circemaramarques@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9199984157052418>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-2137-4760>.

³ Acadêmica do curso de Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. *E-mail:* gabi.senger@hotmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2683331223619672>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-3887-6035>.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo mapear los conflictos que se dan entre niños de primero a quinto grado y las formas en que estos son mediatizados por los gestores y docentes de una escuela pública de la región de Chapecó. Los datos se obtuvieron a partir de observaciones y entrevistas con dos gestores escolares y nueve maestros. Los resultados mostraron que los conflictos entre niños son recurrentes en el contexto escolar e involucran agresiones físicas y verbales. Las gestoras y maestros nunca han participado en la formación para mediadores de conflictos y, a menudo, toman decisiones por los niños sin considerar sus sentimientos y la posibilidad de su participación en la resolución. Es necesario formar a los profesores como mediadores de conflictos de forma no violenta para prevenir la violencia escolar y social.

Palabras clave: Escuela Primaria. La resolución de conflictos. Formación de profesores.

Recebido em: 21 de março de 2021

Aceito em: 20 de junho de 2021

Introdução

A escola é lugar onde se encontram crianças e jovens com experiências diversificadas de vida. Essas experiências abarcam diferenças culturais, religiosas, econômicas, sociais e políticas. Nessas diferenças emergem, cotidianamente, inúmeros conflitos e, quando não mediados adequadamente, podem gerar comportamentos violentos entre as crianças e jovens. Existe, então, a necessidade de ensinar e de aprender a resolver conflitos sem uso de violência. Nesse sentido emerge a questão da pesquisa: como professores e gestores estão lidando com as situações de conflitos no contexto da escola de Ensino Fundamental I? O objetivo principal dessa pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo Estudo de Caso, consistiu em mapear os tipos de conflitos que ocorrem em uma escola de Ensino Fundamental I, da região de Chapecó e os modos como esses são mediados pelos professores e gestores.

Justifica-se tal estudo considerando as dimensões que as violências vêm ganhando nas escolas brasileiras, bem como a necessidade de se compreender o fenômeno da violência em seus processos reais, contextualizados, historicamente datados e geograficamente localizados para que se possa intervir pedagogicamente a partir de ações comprometidas com a educação, atenção, prevenção e atendimento às violências nas escolas públicas de Chapecó. Entende-se ainda que a relevância de compreender a violência escolar requer diálogo entre pesquisadores, gestores e professores que atuam diretamente com as crianças, pois os resultados poderão contribuir para prevenção da violência escolar e social.

Violência escolar, conflitos e resolução não violenta

A violência marca as páginas da história da humanidade com requintes de crueldade: duelos, digladiações, enforcamentos, fogueiras, guilhotinas, tronco, guerras e revoluções. Bicudo (2002, p.10), destaca que a violência também esteve inscrita na história do Brasil, desde o seu descobrimento:

O povo sofrido do Brasil sempre foi vítima da violência: dos colonizadores sobre os índios; dos senhores sobre os escravos; dos fazendeiros sobre os camponeses do passado, os bóias-frias (sic) de hoje; dos latifundiários sobre os posseiros; dos patrões sobre os operários; dos poderosos sobre os que lutam pela liberdade; do poder temporal sobre a Igreja dos pobres.

Assim a violência foi se naturalizando e se banalizando, sendo que hoje, embora por vezes incomodadas, muitas pessoas tornam-se capazes de conviver passivamente com ela, de forma direta ou indireta, em suas diversas formas de expressão. Sobre essa naturalização, Guimarães (2004, p. 9) alerta que “[...] é um dos maiores obstáculos para a construção de alternativas à violência. As pessoas não nascem violentas, mas podem tornar-se assim a partir das relações que estabelecem, das experiências que vivenciam”. Também Marques e Wachs (2015) afirma que a violência é cultural, ou seja, não é destino dado, mas inventada, aprendida e ensinada.

Jares (2002) define violência como sendo “(...) tudo aquilo que impede as pessoas de se autorealizar como seres humanos”. Sousa (2010, p. 43), entende como sendo “[...] todo e qualquer processo que produza a desorganização emocional do sujeito, a partir de situações em que este é submetido ao domínio e controle de outro”, caracterizado “por relações de domínio em que alguém é tratado como objeto”. Nesse sentido, há de se reconhecer a existência de múltiplos modos de violência: física, psicológica, doméstica, contra idosos, mulheres, crianças, negros, indígenas etc. Considerando essas diversas formas de violência, “estudiosos têm preferido utilizar a expressão no plural para dizer sua multiplicidade de formas: física, simbólica, psicológica, estrutural”. (BICUDO, 2002, p. 11).

Em se tratando mais especificamente do contexto escolar Charlot (2002, apud ROCHA, 2010, p. 93) propõe uma diferenciação das expressões ‘violência na escola’, ‘violência à escola’ e ‘violência da escola’:

Violências na escola são aquelas que se produzem dentro do espaço escolar, sem ligação com a natureza e as atividades da instituição escolar, ou seja, quando a escola é o lugar do acontecimento das violências que poderiam ter ocorrido em qualquer outro lugar. Violências à escola ligam-se à natureza e às atividades da instituição escolar, quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, se entregam a violências que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Ou seja, trata-se,

sobretudo, de uma manifestação reativa, e, por isso, segundo o autor, deve ser analisada junto com as violências da escola. As violências da escola são uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas, entre tantas outras formas impetradas pela escola.

O Brasil tem uma legislação bastante avançada na garantia de direitos⁴, a começar pela Constituição Federal de 1988. Os princípios presentes nesse documento desdobram-se em legislações modernas e exemplares na área da criança e do adolescente, de defesa do consumidor, e do meio ambiente, por exemplo, e em muitas legislações estaduais. Contudo, deparamo-nos, diariamente, com a violação desses direitos.

Cabe destacar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, estabelece, em seu artigo 18, que os menores de dezoito anos sejam preservados de qualquer tipo de violência: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

A Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, alterou o artigo 12, da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e incluiu a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino incumbirem-se de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e promoção da cultura de paz.

O governo do estado de Santa Catarina, antecipou-se a essa legislação, instituindo uma Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, apresentada sob forma de um caderno, em 2015. Esse caderno foi revisado em 2018 e encontra-se disponível

⁴ Em se tratando da violência escolar, destaca-se: Declaração Universal dos Direitos Humanos/1948; Constituição Federal de 1988 ; Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996; Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH-3, instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009; Plano Nacional de Direitos Humanos/PNEDH 2009; Lei Estadual Nº 14.651/2009, que institui o Programa de Combate ao Bullying; Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006/ Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007, que acrescenta, no artigo 32, da Lei nº 9394/96/LDB, a obrigatoriedade da inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do Ensino Fundamental, tendo como diretriz o ECA, Lei nº 8069/90; Plano Nacional de Promoção da Cidadania E Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/LGBT 2009, que tem como objetivo principal a busca de políticas públicas que possam atender às necessidades e direitos dos envolvidos, além do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia, implantado desde 2004; Plano Nacional de Educação/PNE 2011 a 2020. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo território nacional; Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, que altera o artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

online⁵. O material tem como propósito oferecer subsídios aos profissionais da educação para que possam atuar na prevenção e nas situações de violência na escola, sugerindo quatro ações políticas: 1) educação, 2) prevenção, 3) atenção e 4) atendimento.

Com relação à educação, a primeira ação, a política afirma que cabe a escola trabalhar o conhecimento científico, sendo que o currículo deve privilegiar saberes em que distintos pontos de vista permitam ao estudante ampliar seu repertório cultural sobre as violências, evitando visões reducionistas e prescritivas. (SANTA CATARINA, 2018).

A prevenção, segunda ação dessa política, propõe a construção da concepção de “escola como espaço de encontro e de oportunidades para se estar-junto-com, capaz de reconhecer a importância social e afetiva de todos aqueles que, de algum modo, habitam-na”. (SANTA CATARINA, 2018, p. 29).

Como terceira ação, a atenção, à proposta abarca um duplo sentido, o de concentrar-se em algo ou alguém e o de dar atenção ao outro em ato(s) ou palavra(s). Ainda salienta que:

[...]a atenção na educação configura-se com metodologias de olhar, de escuta, de acolhimento e de diálogo na relação professor-aluno, criando-se, assim, no contexto escolar, um ambiente de afetividade e de confiança para que crianças e, sobretudo, adolescentes expressem seus sentimentos e suas ideias em todos os momentos. (SANTA CATARINA, 2018, p. 32).

Por fim, a quarta ação consiste no atendimento, ou seja, “é a ação de solucionar situações e fatos já ocorridos, onde a educação, a prevenção e a atenção não foram efetivas”. (SANTA CATARINA, 2018, p. 32). Nesses casos, muitas vezes são necessárias parcerias na área da saúde, segurança e judiciário.

Com relação aos conflitos no contexto escolar, Jares (2002, p. 133) destaca que “[...] todas as instituições, e a escola não é precisamente uma exceção, caracterizam-se por viver diversos tipos de conflitos, de natureza distinta e de intensidade diversa”. Esse pesquisador ainda afirma que “O conflito então não apenas é uma realidade e um fato mais ou menos cotidiano nas organizações, como também é necessário encará-lo como um valor [...]”. Esse autor alerta para a predominância de um conceito tradicional de conflito como “sinônimo de violência” (p. 132), como algo que a sociedade precisa evitar. Lederach, citado por Jares, reformula essa concepção tradicional de conflito, ensinando que “O conflito é essencialmente um processo natural a toda a sociedade e um fenômeno necessário para a vida humana, que pode ser um fator positivo na mudança e nas relações, ou destrutivo, conforme a maneira de regulá-lo?”. (LEDERACH, apud JARES, 2002, p. 135).

⁵ Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola>. Acesso em: 19/03/2020.

Também DeVries e Zan (2007) consideram que é um equívoco ver os conflitos como algo indesejável na escola, mas essa deve trabalhar no sentido de promover, em crianças e jovens, o desenvolvimento da capacidade de resolver conflitos interpessoais sem o uso de violência. Essas pesquisadoras defendem a ideia de que seja dado às crianças mais oportunidades de sugerir soluções nas situações de conflitos nas quais estão envolvidas.

Para isso, é preciso investir na formação de professores, no sentido de capacitá-los a não agir como juízes, tomando para si os conflitos das crianças, mas de atuar como um mediador que acredita na capacidade da criança em propor soluções.

Caminhos metodológicos

Para mapear os tipos de violência que ocorrem na escola pesquisada e os modos como os conflitos são mediados pelos professores e gestores foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo Estudo de Caso. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Unochapecó e aprovado conforme o parecer de número 3.624.107. Os participantes foram informados sobre o estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). O estudo foi realizado em uma escola pública de educação básica, localizada em um bairro de periferia, em Chapecó, durante o ano de 2019. Os participantes foram duas gestoras e nove professores que atuam na escola investigada. Atendendo a critérios éticos, as identidades das participantes foram preservadas, de modo que para efeitos da pesquisa as gestoras foram nomeadas como G1 e G2, enquanto as professoras foram nomeadas como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9. Para produzir os dados foram realizadas observações e entrevistas com gestoras e professoras. Para orientar as observações, foi elaborado um instrumento elencando os seguintes pontos: Local onde ocorreu o conflito; momento da rotina no qual ocorreu; envolvidos/as no conflito (crianças de mesma turma, crianças de turmas diferentes, crianças e adultos); fator desencadeador do conflito; ações/reações observadas nas crianças durante as situações de conflito; tipos de mediações realizadas pelos adultos: castigo, privação de participar de outra atividade, sentar para pensar, conversar com coordenação/direção; pedir desculpas.

Para realização das entrevistas foram elaborados dois instrumentos, um direcionado às gestoras e outro, às professoras. Para as gestoras foram elencadas as seguintes questões: Ocorrem situações de violência na escola? Com que frequência? Que tipo de conflitos são mais recorrentes? Motivos que desencadeiam? De que forma os conflitos chegam à direção? (Através das crianças/através dos professores/ambos); como é feita a mediação pela equipe de gestão? Em alguns momentos tiveram dúvidas sobre como agir ou mediar? Que tipo de dúvidas? Quais punições são atribuídas às crianças?;

A escola já ofereceu algum tipo de formação sobre mediação de conflitos aos professores? Acha necessário? Gostaria de fazer? Por quê? Se você fosse dar um conselho para professores em formação inicial, sobre a resolução de conflitos, o que diria a eles? O instrumento direcionado às professoras do ensino fundamental I, contemplou as seguintes questões: Faça uma breve descrição de sua turma; ocorrem situações de violência na turma? Com que frequência? Em que momentos ocorrem com mais assiduidade esses conflitos? Quais motivos desencadeiam conflitos entre as crianças? Como elas resolvem essas situações? Você faz a mediação dos conflitos? Como? Tem dúvidas sobre como agir durante as situações de violência? Qual? Pede ajuda? Para quem? Já fez alguma formação sobre mediação de conflitos? Acha necessário? Gostaria de fazer? Se você fosse dar um conselho para professores em formação inicial, sobre a resolução de conflitos, o que diria a eles? As entrevistas foram realizadas na escola e agendadas conforme a disponibilidade de horário das participantes. A maioria dessas entrevistas ocorreu em momentos em que a turma se encontrava em aula de educação física, com outro professor, devido à pouca disponibilidade de tempo das professoras. Essa coleta se deu no período de junho a dezembro de 2019, a partir de visitas semanais à escola. O quadro que segue apresenta o perfil das participantes:

Quadro 1- Caracterização das Participantes - professoras e gestoras

Participantes	Sexo	Idade	Formação	Tempo docência	Turma/ano
P1	F	38	Pedagogia Biologia	8 anos	1º a 9º ano
P2	F	47	Pedagogia Geografia	10 anos	2º ano
P3	F	55	Pedagogia	18 anos	4º ano
P4	F		Pedagogia	20 anos	5º ano
P5	F	45	Pedagogia	1 ano	1º ano
P6	F	29	Pedagogia	6 anos	3º a 5º ano
P7	F	34	Pedagogia	7 anos	5º ano
P8	F	31	Pedagogia	3 anos	3º ano
P9	F	36	Pedagogia	9 anos	5º ano
G1	F	44	Biologia	24 anos 2 anos em gestão	-
G2	F	39	Pedagogia	16 anos 4 anos em gestão	-

Fonte: as autoras

O quadro 1 mostra que todos os participantes da pesquisa são do sexo feminino, com idades entre 29 a 55 anos de idade. Com exceção de G1, todas são graduadas em Pedagogia, sendo que P1 e P2 também possuem outra graduação, Biologia e Geografia,

respectivamente. Uma das professoras (P6) atua em dois turnos, atendendo às turmas de 3º a 5º ano. Somente duas professoras (P5 e P8) possuem menos de cinco anos de experiência. As gestoras, estão entre as participantes com mais tempo de experiência docente no grupo, ou seja, mais de quinze anos.

Concluída a coleta, os dados foram organizados em tabelas para serem categorizados e analisados a partir do referencial teórico apresentado no projeto de pesquisa.

4. Apresentação e discussão sucinta dos principais resultados obtidos

A interpretação dos dados coletados mostrou que apenas a professora do primeiro ano, P5, não reconhece a existência de conflitos em seu grupo de alunos. Segundo ela, “as brigas entre as crianças se dão quase sempre no parquinho, mas como elas são pequenas, isso não pode ser considerado conflito”. Essa compreensão de P5 remete a uma concepção tradicional de conflito, como sinônimo de violência, conforme alerta Jares (2002). Outra questão a ser considerada refere-se à concepção moderna de infância evidenciada por P5, ou seja, como fase de inocência, bondade e felicidade (ARIÉS, 1981), isenta de conflitos ou violências.

As participantes destacaram que conflitos ocorrem em diferentes momentos da rotina nas turmas onde atuam: em sala de aula, especialmente durante trabalhos em grupos; nas brincadeiras de pátio e em momentos em que se dá a troca de professores.

Entre os motivos que desencadeiam conflitos entre as crianças: divergência de opiniões, disputa por atenções, disputa por lugares e brincadeiras inadequadas. Essas situações resultam em agressões físicas (tapas, socos e empurrões) e verbais (palavrões e xingamentos). Também foi possível identificar que o conflito das crianças entre elas é considerado pouco relevante, como mostra as afirmações de P6 quando afirmam que ocorrem por “Motivos irrelevantes” e a afirmação de P9 e G1 ao considerarem como “pequenos motivos”. (P9 e G1). Em algumas escolas, muitas vezes, os conflitos entre as crianças são vistos como situações inoportunas que “atrapalham” o andamento de outras atividades tidas como pedagógicas. Para restaurar a harmonia no grupo, no menor tempo possível, eles são resolvidos de forma rápida e superficial, desconsiderando os sentimentos das crianças.

DeVries e Zan (2007) consideram que os sentimentos das crianças em situação de conflito precisam ser respeitados, mesmo que possam parecer pouco relevantes na perspectiva dos adultos. Essas pesquisadoras recomendam que sejam validados os sentimentos de todas as crianças e suas percepções dos conflitos. O quadro 2 mostra os modos de mediação usados pelas professoras em situações de conflitos entre seus alunos:

Quadro 2- Modos de mediação de conflitos

Modos de mediação de conflitos	Participante
Conversa	G1, G2, P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9
Faz pedir desculpas e trabalha o significado de respeito	P5
Pergunta o porquê da briga?	P1 e P7
Sermão; fala que vai chamar os pais e explica que a escola não é lugar de conflitos	P6
Registra em ata	G2

Fonte: as autoras

Vimos no quadro 2 que todas as professoras e gestoras afirmaram fazer uso de conversas para mediar os conflitos dos alunos. Contudo, também outros modos mais coercivos de mediação são usados pelas participantes, entre eles: Sermões (P6), avisos de que irão chamar os pais (P6) e registros em ata (G2). A maioria das formas de mediação de conflitos apontadas pelas participantes da pesquisa, entre elas, fazer pedir desculpas, dar sermão e registrar a situação em ata, “não ajuda a criança a refletir a situação ocorrida e a procurar reparar os erros, apenas incute medo, raiva e humilhação” (MARQUES; WACHS, 2015, p. 49).

Marques e Wachs (2015, p. 49) também alertam para o fato de que “É comum que os adultos tomem para si os conflitos do grupo e assumam o papel de juízes, apontando quem é o culpado e quem é o inocente de forma coerciva”. Desse modo, as crianças não vivenciam experiências de participarem da busca de alternativas para resolver seus próprios conflitos, ficando a mercê das decisões dos adultos. Nesse sentido, “se predominar uma relação autoritária, com a concentração do “poder” nas mãos de uma das partes, no caso nas do professor, possivelmente as crianças pouco acreditarão em suas possibilidades de intervir na realidade social” (MARQUES; WACHS, 2015, p. 53).

P6 também entende que a escola não é lugar de conflitos. Sobre isso, DeVries e Zan (2007, 89) destacam que conflitos não podem ser evitados no espaço escolar, onde ocorre “livre interação social”. Com relação ao procedimento de P5, quando faz com que as crianças peçam desculpas, DeVries e Zan (2007) consideram importante ajudar as crianças a restaurarem o relacionamento, mas alertam para o fato de não as forçar a serem insinceras, ou seja, pedir desculpas é um gesto significativo quando a criança compreendeu a situação e reconheceu seu erro.

Com relação a existência de dúvidas relacionadas a mediação de conflitos, as participantes P1, P4, P5, P6, P7, P8 e G2 afirmaram não sentirem dúvidas com relação a mediação de conflitos. P2, P3 e P9 afirmaram ter dúvidas quando se trata de conflitos envolvendo agressão física. Com

relação às gestoras, G1 destacou sentir medo de ser injusta ou de desencadear mais conflitos. Segundo ela, “Muitas vezes temos dúvidas, pois não temos a intensão de ser injustos e nem gerar mais conflitos”. Embora sete participantes tenham afirmado não ter dúvidas sobre como mediar os conflitos, P1, P2, P3, P4 e P9 afirmaram buscar ajuda junto a coordenação para solucioná-los. Observa-se aqui que tais profissionais concebem a mediação de conflitos como atribuição da gestão. Assim, mesmo afirmando não ter dúvidas quanto ao modo de como lidar com situações de conflito, P1 e P4 recorrem a ajuda da coordenação em dadas situações.

Importante destacar que nenhuma das participantes considerou a possibilidade de participação das crianças na busca de resolução dos conflitos. Marques e Wachs (2015, p. 50) nos indagam sobre as “oportunidades são oferecidas a elas [as crianças] de refletirem sobre essas situações e de buscarem resolvê-las de forma não violenta, com o apoio e a compreensão do adulto?”. DeVries e Zan (2007), consideram que o professor não deve apropriar-se do conflito das crianças, mas apoiar a resolução de conflitos pelas próprias crianças.

Ao finalizar a entrevista com as participantes, foi solicitado que dessem um conselho aos professores e professoras que estão iniciando a carreira docente. O quadro 3, mostra o conselho de cada participante.

Quadro 3 - Conselhos para professores iniciantes

Participante	Conselho para professores iniciantes
P1	Use o bom senso, tentem entender os dois lados, conversem e expliquem sobre respeito e diálogo.
P2	Primeiro momento, tenham paciência e, depois, conversem e ouçam as crianças em conflito.
P3	O principal é dialogar com as crianças e fazer uma reflexão.
P4	Seja paciente, você é o adulto da história. Ouvir sempre é o caminho, diálogo é importante e as chances de sucesso dialogando é o caminho.
P5	O resolver conflitos não está nas mãos dos professores e sim da coordenação e dos pais.
P6	Tenha persistência e não desista. Tenha paciência. O caminho é dialogar.
P7	Apenas paciência.
P8	Analisem a situação, expliquem que existem outras maneiras de resolver (no diálogo).
P9	Paciência.
G1	Diria para respirar antes e pensar bem nas palavras que usará, pois não retornam mais.
G2	Procurar sempre que tiver dúvidas a gestão. Nunca expor a criança na frente dos colegas. Tirar da sala, abaixar-se ao nível da criança para ficar na altura deles e se impor da forma coerente ao ser profissional.

Fonte: autoras

Calma, conversa e paciência foram as recomendações mais recorrentes por parte das participantes da pesquisa. DeVries e Zan (2007) consideram que manter a calma é atitude imprescindível para que o professor ou gestor possa acalmar a criança e mediar a situação de conflito. Segundo essas pesquisadoras “Mesmo se o professor não se sente calmo, é importante transmitir tranquilidade às crianças. Isso significa controlar a linguagem corporal, expressões faciais e tom de voz” (2007, p. 92).

P5 destacou que “resolver conflitos não está nas mãos dos professores e sim da coordenação e dos pais”. Essa posição mostra um equívoco ao desconsiderar a responsabilidade compartilhada família-escola na educação das crianças. Além disso, há de se ponderar o papel da escola e do professor em garantir o direito de proteção da criança. Segundo Avanci, Pesce e Ferreira (2010, p.188) o professor “precisa estar atento para reconhecer que o comportamento agressivo e transgressor em crianças e adolescentes é um sinalizador – e até mesmo denunciador – da convivência de seu aluno com a violência”.

Com relação a já ter participado (ou não) de alguma formação para mediação de conflitos, apenas P4 afirmou ter realizado formação junto ao grupo de escoteiros. Três professoras, P5, P8 e P9 entendem como desnecessária a formação para mediação de conflitos na escola e não gostariam de participar de curso nessa área. As demais, entendem como sendo uma formação necessária e gostariam de participar.

Durante as observações foi possível identificar que os conflitos na escola pesquisada ocorrem em diferentes momentos da rotina, entre eles: chegada, recreio, durante as aulas e intervalos entre uma aula e outra. A maioria deles envolveu crianças de mesma turma e desencadeou agressões físicas e verbais a exemplo de palavrões, gestos obscenos, empurrões, pontapés, tapas e socos.

Alguns desses conflitos foram encaminhados para as gestoras. Em dada circunstância G2, por solicitação da professora, solicitou a presença de um menino do terceiro ano na sala da coordenação para que explicasse o motivo de não ter entregado o bilhete que a professora havia enviado a seus pais, informando sobre o comportamento inadequado que ele vinha apresentando na escola. Após a criança ter alegado que perdera o bilhete, G2 ligou para a família e solicitou que o menino relatasse à mãe o que havia acontecido. Em outra situação, G1 foi chamada até a sala de aula do quarto ano para mediar a situação envolvendo um menino que falara palavrões para uma colega dentro da sala. A gestora fez a seguinte colocação para a turma: “se tiver uma estragada e mofada o que acontece com as outras? Apodrecem, né?! Então temos que tirar a podre para evitar o estrago” (G1). Antes de sair da sala de aula, gestora avisou que da próxima vez que fato

como esse ocorresse, seria punido com expulsão. Vimos aqui, que a situação não foi tratada em particular com as crianças envolvidas, mas apresentada a todas as crianças da turma de forma bastante coerciva. DeVries e Zan (2007) alertam para o risco de esse modo de mediação produzir mais medo e raiva na criança do que reconhecimento do erro e desejo de reparar.

Dentro da sala do quarto ano foi observada uma situação de agressão física entre duas crianças, sendo que uma delas apertou o pescoço do colega. Isso ocorreu no momento em que a professora explicava a tarefa individualmente para a criança que fora agredida. O outro colega sentiu-se incomodado pelo fato de ter de esperar para ser atendido pela professora. Nessa situação a professora separou as crianças, pediu para que se sentassem e conversou com a criança que bateu no colega, explicando que precisa ter paciência e esperar a sua vez de ser atendido. Na turma do terceiro ano, durante a aula, duas meninas entraram em confronto físico por desejarem fazer o trabalho em dupla com a mesma colega. Entre gritos e empurrões, uma delas chamou a outra de ‘metida e chata’. Enquanto a colega chorava por se sentir ofendida, a outra concluiu: “a verdade dói, mas fortalece!”. A professora, coercivamente, apagou a luz da sala, pediu para que todos fizessem silêncio e falou que isso não deveria mais acontecer.

Durante o recreio um grupo de meninos do segundo ano jogou o sapato de um dos colegas no telhado da escola. A criança que ficara sem um pé do sapato chorava e proferia palavrões em voz alta, enquanto os demais riam. Um funcionário da escola foi chamado pelas próprias crianças e resolveu a situação retirando o sapato do telhado com a ajuda de uma escada. Ao receberem o sapato das mãos do funcionário, um grupo de meninos foi levar ao colega que chorava. Vimos aqui que as próprias crianças agiram no sentido de buscar uma solução.

Em outra situação, durante o recreio dois meninos estavam se agredindo fisicamente por um ter falado mal do outro. A situação foi mediada pelas próprias crianças que interviram separando fisicamente os dois.

A partir desses excertos de observações podemos ver que na escola pesquisada, os professores e gestoras não têm o hábito de escutar as crianças envolvidas nos conflitos e de instigar a participação delas na busca de soluções. Por outro lado, também vimos que em espaços em que as crianças estão mais livres, como durante o recreio, assim como há maior incidência de conflitos, também há maior movimento das crianças no sentido de buscar soluções para resolvê-los, como nos mostra a situação em que elas mesmas separaram fisicamente as crianças que estavam em luta corporal e quando chamaram o funcionário da manutenção para retirar o sapato do colega de cima do telhado, ajudando-o a calçá-lo.

Considerações finais

Os dados mostram que os conflitos entre as crianças são recorrentes na escola. Alguns professores afirmam que os motivos desses são irrelevantes, sendo que esse ponto de vista mostra que os sentimentos das crianças envolvidas são pouco considerados. Vemos então que os professores carecem de formação para atuarem como mediadores de conflitos, de modo a criarem possibilidades para que as crianças desenvolvam a capacidade de propor soluções para resolvê-los de forma não violenta com os seus pares.

Espera-se que o estudo possa contribuir no sentido de problematizar a banalização da violência, bem como provocar a construção de estratégias coletivas e localizadas, por parte da equipe escolar, para prevenção da violência através da mediação dos conflitos sem uso de violência e com a participação das crianças na busca de soluções.

Entende-se ainda que compreender a violência escolar requer diálogo entre pesquisadores, gestores e professores que atuam diretamente com as crianças, pois os conflitos são inevitáveis e as crianças precisam ser educadas no sentido de desenvolverem competências para buscar resoluções sem o uso de violência. Os resultados poderão contribuir para prevenção da violência social e escolar.

Referências:

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AVANCI, J. Q., PESCE, R. P., FERREIRA, A. L. Reflexões sobre Promoção da Saúde e Prevenção da Violência na Escola. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia Constantino; AVANCI, Joviana Quintes. *Impactos da violência na escola: Um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010.

BICUDO, H. *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. *Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]*. – 9ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescent_e_9ed.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.185, de 06 de novembro de 2015. *Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 nov. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13185.htm. Acesso em: 05 fev. 2020.

DeVRIES, R., ZAN, B. *A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola*. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GUIMARÃES, M. R. *Um novo mundo é possível: dez boas razões para educar para a paz, praticar a tolerância, promover o diálogo inter-religioso, ser solidário, promover os direitos humanos*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

JARES, X. R. *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARQUES, C. M., WACHS, M. C. *Paz e Educação Infantil: escutando a voz das crianças*. Porto Alegre: Paulinas, 2015.

ROCHA, J. S. da. *Violências na escola: da banalidade do mal a banalização da Pedagogia*. Florianópolis: Insular, 2010.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação*. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SOUSA, A. M. B. de. *Módulo 1: Gestão do cuidado e educação biocêntrica*, Ana Maria Borges de Sousa; Denise Soares Miguel, Patrícia de Moraes Lima. Florianópolis, SC: UFSC-CED-Nuvic, 2010.